

ATA NÚMERO 144/XII/2ª SL

23.julho.2013 – 11h00

Aos 23 dias do mês de julho de 2013, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 02, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação da proposta de Ordem do Dia**
2. **Aprovação de atas**
3. **Comunicações do Presidente**
4. **Audição do Professor Doutor David Justino, candidato a Presidente do Conselho Nacional de Educação**
5. **Petição n.º 270/XII/2.ª** da iniciativa de Iolanda Rebelo, Presidente da Direção da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica 2,3 de Azeitão, que “Solicitam a realização de obras na Escola Básica 2,3 de Azeitão e a implementação do ensino secundário”.
 - Apreciação e votação do parecer
 - Deputada autora do parecer: Isilda Aguincha (PSD)
6. **Relatório de atividades do Relator/Avaliação Tecnológica Parlamentar e plano de atividades para a 3.ª Sessão Legislativa.**
 - **Análise e votação**
7. **Relatório de atividades da Relatora/Ciência e plano de atividades para a 3.ª Sessão Legislativa.**
 - **Análise e votação**
8. **Relatório de atividades da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da 2.ª Sessão Legislativa.**
 - **Análise e votação**
9. **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS**, para a audição do ex-Secretário de Estado da Cultura, Dr. Francisco José Viegas, para prestar esclarecimentos relativamente ao processo de venda da Obra de Crivelli.
 - **Análise e votação**

10. Outros assuntos

11. Data da próxima reunião

Dia 23.julho.2013 - 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

2. Aprovação de atas

As atas das duas reuniões do dia 16 de julho e da reunião do dia 19 foram aprovadas por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente lembrou que o PS tinha requerido que se discutisse na Comissão a [Apreciação Parlamentar n.º 45/XII/2.ª \(PS\)](#), ao Decreto-Lei n.º 266-G/2012, de 31 de dezembro, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 125/2011, de 29 de dezembro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Educação e Ciência, tendo o deputado do CDS-PP questionado se o Decreto-Lei em causa não está excluído da sujeição à apreciação parlamentar da Assembleia da República, por concretizar uma alteração da Lei Orgânica daquele Ministério e se poder entender que configura matéria da exclusiva competência legislativa do Governo.

Nesta sequência, tinha sido deliberado fazer ofício à PAR, questionando a admissão da petição. Assim, deu conta do despacho da mesma, no sentido de que aquele Decreto-Lei não pode ser sujeito a apreciação parlamentar.

3.2. Exposição sobre a *Villa Romana do Rabaçal*

Recordou, também, que a Exposição sobre a *Villa Romana do Rabaçal* seria inaugurada no dia 24/7, às 14h, nos Passos Perdidos. Informou que se tratava de uma parceria da AR (por proposta da Coordenadora do Museu) com o Museu da *Villa Romana do Rabaçal* e o Museu Nacional de Arqueologia e que estavam confirmadas as seguintes presenças: Presidente da Câmara Municipal de Penela, Presidente da Associação de Amigos da *Villa Romana*, Diretor do Museu Nacional de Arqueologia e Diretor do Museu da *Villa Romana*.

3.3. [Projeto de Resolução 776/XII, Recomenda ao Governo que adote o procedimento necessário para a classificação das Salinas de Rio Maior como imóvel de interesse nacional](#)

O Presidente da Comissão lembrou que a iniciativa baixou à Comissão, para discussão (nos termos regimentais), em 28 de junho e questionou o deputado Miguel Tiago (PCP) se já tinha indicação sobre se pretendiam a discussão em Comissão ou no Plenário. O deputado Miguel Tiago informou que o PCP ainda não pretendia fazer a discussão desta iniciativa e que não tinha indicações sobre se a mesma deveria ser feita na Comissão ou no Plenário. Questionou-se depois se o Projeto de Resolução devia ficar na Comissão até que o PCP decidisse a sequência a dar-lhe ou se devia comunicar-se à PAR que seria discutido em Plenário, podendo o PCP, posteriormente, quando pretendesse discuti-lo, se não fosse possível o seu agendamento no Plenário, solicitar que a discussão tivesse lugar na Comissão.

O Presidente informou que se ia estudar a questão, para depois se decidir.

4. Audição do Professor Doutor David Justino, candidato a Presidente do Conselho Nacional de Educação

O Presidente da Comissão deu as boas vindas ao Professor Doutor David Justino e indicou que o mesmo tem um currículo sobejamente conhecido, tendo o documento correspondente sido distribuído. De seguida, referiu os objetivos da audição, a respetiva grelha de tempos e a tramitação posterior, com a eleição no Plenário, no dia seguinte.

O Professor David Justino leu um texto de apresentação da candidatura a Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), referindo em primeiro lugar, com alusão a uma lenda medieval, que pretende desempenhar um papel de construtor de pontes, dando especial atenção à qualidade científica, à fundamentação rigorosa e à celeridade das posições do CNE.

Referiu as competências deste e o papel que deve desempenhar, a visão que tem para o mesmo, o reforço da sua autonomia e a cooperação com os diferentes órgãos de soberania.

Defendeu o aprofundamento da avaliação das políticas públicas de Educação e ensino, especialmente das que mais têm contribuído para as mudanças de ordem estrutural que se têm verificado, nomeadamente, as alterações na rede escolar, nos mecanismos de abandono e de insucesso escolar, nas formas de organização e gestão dos estabelecimentos, na condição profissional dos docentes, para além do retrato estatístico.

Defendeu uma escola pública dotada dos instrumentos, da organização e dos recursos indispensáveis a torná-la uma escola de excelência. Indicou que proporá ao Conselho que se proceda a uma avaliação detalhada dos 30 anos de vigência da Lei da Bases do Sistema Educativo, que poderá ser um contributo de grande utilidade para uma eventual decisão de rever, alterar ou substituir essa lei, matéria da competência da Assembleia da República.

Realçou que tem havido muitas alterações na educação e que há necessidade de parar e refletir sobre as mudanças e bem assim de construir uma visão e uma estratégia de longo prazo, que confira visibilidade e estabilidade às políticas públicas de Educação, reflexão que gostaria de partilhar com a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura. Assim, indicou que se for eleito pedirá brevemente uma reunião ao Presidente da Comissão, para definir futuras formas de colaboração com o CNE.

Interveio, de seguida, o deputado Pedro Lynce (PSD), que destacou a experiência do Professor na área da Educação, realçando que procurou sempre pontes e defendeu a escola pública. Questionou depois a falta de recursos e perguntou como pensa ultrapassá-la.

A deputada Odete João (PS) cumprimentou o candidato, desejou-lhe sucesso, caso seja eleito e registou os princípios expostos pelo mesmo, nomeadamente em relação ao consenso.

No que se refere à estabilidade, referiu que se têm verificado muitas alterações nos últimos anos e perguntou como vê as constantes alterações e o seu impacto nas escolas e nas aprendizagens. Questionou também se não há uma eventual contradição e evolução em sentido oposto em relação às propostas que fez em 2003, com um emagrecimento do Estado.

Perguntou depois, face a uma indicação conhecida do Professor de que manterá o cargo de consultor do Presidente da República, se não entende que o mesmo é incompatível com o cargo de Presidente do CNE, não legalmente, mas em termos de disponibilidade.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) realçou que se trata de uma candidatura de qualidade, em termos profissionais e de participação cívica. Defendeu que a autonomia do CNE é, em parte, derivada da eleição do seu Presidente pela Assembleia da República. Realçou a necessidade de se garantir celeridade na resposta do CNE em termos de pareceres. Salientou a importância de se introduzir na Educação um sentido de futuro, referindo que o CNE tem tido participação em debates de charneira.

Por último, questionou qual o perfil que pensa ser necessário para as pessoas a indicar para a eleição por cooptação pelo CNE.

O deputado Miguel Tiago (PCP) referiu as divergências de posições entre o candidato e o PCP e bem assim entre a oposição e a maioria em relação à Lei de Bases do Sistema Educativo. Realçou a importância da construção de pontes referida pelo candidato, aludiu ao facto de o Ministro da Educação e Ciência ter indicado que os pareceres do CNE têm um pendor ideológico e referiu a boa relação que tem sido estabelecida entre a Comissão e o CNE.

Por último, perguntou ao Professor David Justino o que pensa da composição do CNE e das suas relações com a Comissão e o que pensa fazer nesse âmbito.

O deputado Luís Fazenda (BE) referiu que o candidato é reconhecido como uma pessoa que se move nas políticas públicas e nas escolas. Indicou, depois, que o Ministro da Educação e Ciência se referiu aos pareceres do CNE como não técnicos, tendo-os classificado como ideológicos e tendo-se vitimizado em relação aos mesmos. Por fim, pediu ao candidato para se pronunciar sobre como pensa atuar.

O Presidente da Comissão informou que a relação da Comissão com o CNE tem passado por um relatório sobre o Estado da Educação e perguntou ao candidato se pensa mantê-lo ou alterá-lo.

Em resposta às questões colocadas, o Professor David Justino referiu que o orçamento do CNE é diminuto e que a entidade conta em grande parte com técnicos do Ministério da

Educação e Ciência, indicando que pensa recorrer à colaboração com universidades e utilizar a investigação das mesmas para temáticas elencadas pelo CNE. Indicou, ainda, que há uma linha de crédito da Fundação para a Ciência e a Tecnologia para a educação, que entende que poderia ser alargada para esse efeito, defendendo que a falta de recursos pode ser compensada com os centros de investigação universitários. Realçou ainda, que não há conhecimento neutro.

Continuando, considerou o CNE como um órgão privilegiado de concertação, mas realçou que a lei não lhe atribui essas competências. Referiu que não o afeta a mudança de ministros, realçando que aquilo que é importante é a estabilidade das políticas. Defendeu que a Lei de Bases que propôs e não foi promulgada está ultrapassada e informou que mantém uma parte do seu pensamento, mas entende que aquilo que pensa é menos relevante, o que interessa mais é o papel de concertação dos vários membros do CNE.

Depois, salientou que é um defensor da escola pública, mas não aceita sacrificar a qualidade, defendendo que a qualidade das aprendizagens pode ser defendida quer pelas escolas públicas, quer pelas privadas. Realçou a necessidade de maior qualificação da escola pública, realçando que não defende acriticamente esta escola e que quer que se seja ambicioso na escola pública, mobilizando agentes educativos e famílias nesse sentido.

Reiterou que prevê manter a sua colaboração com o Presidente da República, de forma não remunerada e informou que não prescinde de continuar a ser professor universitário e investigador, mediante autorização, como aconteceu com anteriores Presidentes do CNE.

Quanto à cooptação de membros para o CNE, referiu que sabe o que a lei prevê e aceita-a, mas indicou que sente falta de uma maior representação de professores (nomeadamente do ensino secundário) e das escolas, para estarem mais próximos destas e dos seus problemas, reconhecendo que há professores muito qualificados, nomeadamente com doutoramento.

Realçou que aceita a existência de ideologia das pessoas, como visão do mundo e salientou que o que é importante no seu papel é concertar posições. Salientou que aceita a existência de declarações de voto e eventualmente de votos em separado, considerando natural que os pareceres não sejam aprovados por unanimidade. Defendeu que a autonomia e a independência dos pareceres se reforçam pela qualidade dos mesmos e que a autonomia se constrói sobre a qualidade.

No que se refere ao relatório sobre o Estado da Educação, referiu que a concretização da avaliação do sistema educativo corresponde à última alínea das competências do CNE e que propõe mantê-lo, mas com alterações (nomeadamente com menos estatísticas) e disponibilizar regularmente essa informação. Manifestou-se mais preocupado com a forma de formulação das questões, que se refletem na estatística e defendeu mais avaliação das políticas e mais informação, para a facultar a quem tem de decidir e à sociedade.

Por último, indicou que se for eleito, pedirá a curto prazo uma reunião com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, para manter e fortalecer a parceria.

A documentação deixada pelo Professor Doutor David Justino e bem assim a gravação da audição estão disponíveis na [página da Comissão, na internet](#).

5. **Petição n.º 270/XII/2.ª** da iniciativa de Iolanda Rebelo, Presidente da Direção da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica 2,3 de Azeitão, que “Solicitam a realização de obras na Escola Básica 2,3 de Azeitão e a implementação do ensino secundário”.

O relatório final da Petição foi apresentado pela relatora, deputada Isilda Aguincha (PSD), que, em síntese, indicou que a mesma pode subir a plenário e informou que deve ser enviada cópia da Petição e do relatório aos Grupos Parlamentares e ao Ministro de Educação e Ciência, para a sequência que entenderem adequada.

O relatório foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

6. Relatório de atividades do Relator/Avaliação Tecnológica Parlamentar e plano de atividades para a 3.ª Sessão Legislativa.

Na ausência do deputado Rui Jorge Santos (PS), relator da temática, o relatório foi apresentado pela deputada Odete João (PS), que sintetizou as suas conclusões, propondo a continuação do acompanhamento da matéria, com a manutenção de um Relator ou com a criação de um Grupo de Trabalho e que se equacione a revisão do disposto na Resolução da AR n.º 60/2009, de 10 de julho. Indicou ainda as audições que se propõem para a próxima Sessão Legislativa, como plano de atividades para a mesma.

O deputado Miguel Tiago (PCP) manifestou dúvidas em relação às soluções propostas e quanto à participação de um único representante da CECC nas organizações internacionais respeitantes à matéria.

O deputado Luís Fazenda (BE) referiu que a avaliação tecnológica é importante, tendo-se inicialmente previsto um gabinete e equacionando a concretização do mesmo. Informou, ainda, que consensualizou com o setor a criação de uma biblioteca digital, com trabalhos pioneiros.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que concorda com a aprovação do relatório, indicando que proporão alterações em relação à execução.

A deputada Isilda Aguincha (PSD) manifestou-se no mesmo sentido do deputado anterior e realçou a importância do contributo do deputado Luís Fazenda (BE).

O Presidente da Comissão propôs a aprovação do relatório e defendeu que no início da próxima Sessão se decidirá se é de manter um Relator, e nesse caso se o atual continua, ou se é aprovada a constituição de um Grupo de Trabalho. Propôs ainda que o Relator ou o Grupo de Trabalho equacionem a alteração da referida Resolução, com uma forma

económica para a avaliação tecnológica e que a relação com as entidades exteriores seja rotativa.

A deputada Odete João (PS) reiterou a consideração de um Relator ou de um Grupo de Trabalho e a realização de audições.

O relatório foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

7. Relatório de atividades da Relatora/Ciência e plano de atividades para a 3.ª Sessão Legislativa.

Por solicitação do PSD, este ponto foi adiado para a reunião do dia seguinte.

8. Relatório de atividades da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da 2.ª Sessão Legislativa.

O Presidente da Comissão informou que ainda estão agendadas várias reuniões e atividades da Comissão, pelo que se prevê que o Relatório de Atividades da Comissão só venha a ser apreciado no final da Sessão Legislativa.

9. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para a audição do ex-Secretário de Estado da Cultura, Dr. Francisco José Viegas, para prestar esclarecimentos relativamente ao processo de venda da Obra de Crivelli.

O requerimento foi apresentado pela deputada Inês de Medeiros (PS), salientando que houve autorização da venda de uma obra classificada, que já saiu para o estrangeiro, referindo que a autorização, que nunca foi publicada, levanta muitas dúvidas e contrapondo que o Estado, se tivesse impedido a venda, não teria sido obrigado a ficar com a obra. Defendeu que importa esclarecer as bases da decisão do anterior Secretário de Estado da Cultura, que decidiu contrariando pareceres técnicos.

A deputada Conceição Pereira (PSD) indicou que o atual Secretário de Estado já tomou posição, revogando a anterior autorização e que a Direção Geral do Património está a investigar as possibilidades de resolução da questão, pelo que não concorda com a audição do anterior Secretário de Estado. Informou ainda que quando terminar a investigação pedirão a vinda de todos os intervenientes, para um esclarecimento global da situação.

O deputado Miguel Tiago (PCP) saudou o PS pelo requerimento e informou que o votará favoravelmente. Manifestou concordância com o apuramento de responsabilidades pelo Governo, nas discordou que esse argumento seja utilizado para inviabilizar a vinda do anterior Secretário de Estado. Salientou, ainda, que daquilo que é público, há indícios de ausência de rigor no tratamento da questão e entende que a Comissão devia esclarecer a situação.

O deputado Luís Fazenda (BE) defendeu que o requerimento se destina a ouvir o anterior Secretário de Estado e não põe em causa a investigação determinada pelo atual, não havendo incompatibilidade entre as duas situações, pelo que é a favor da audição requerida pelo PS.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que há uma confusão sobre o regime de classificação da obra, indicando que a mesma nunca foi classificada e defendendo que é importante que se conclua primeiro a investigação da Direção Geral do Património.

A deputada Inês de Medeiros (PS) indicou que a obra estava classificada como tesouro nacional e houve uma alteração da legislação, com efeitos nesse âmbito. Defendeu que não vê incompatibilidade entre a audição do anterior Secretário de Estado e a investigação determinada pelo atual titular da pasta, propondo que, em alternativa, se aprove já a audição e que a mesma fique suspensa até ao término da investigação.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) contrapôs que o PS apresente novo requerimento, após a investigação, se ainda o considerar oportuno.

A deputada Conceição Pereira (PSD) informou que darão anuência à audição após a investigação global, prevendo-se que a mesma conclua também se é possível fazer regressar a obra a Portugal.

A deputada Inês de Medeiros (PS) solicitou que a investigação se desenvolva com urgência e referiu que o mais importante é fazer regressar a obra a Portugal, mas também é fundamental apurar responsabilidades, alegando que a maioria só aceita a fiscalização quando houver uma posição favorável para o Governo.

A deputada Conceição Pereira (PSD) defendeu que é importante que não haja apenas suspeições, mas sim factos provados.

O requerimento foi rejeitado, com os votos contra dos deputados do PSD e do CDS-PP e os votos a favor dos deputados do PS, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

10. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

11. Data da próxima reunião

Dia 23.julho.2013 - 14h00

A reunião foi encerrada às 13h20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Palácio de São Bento, 23 de julho 2013

O PRESIDENTE

(Ribeiro e Castro)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Carlos Enes
Duarte Marques
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Luís Fazenda
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Odete João
Pedro Pimpão
Elza Pais
Emília Santos
Jacinto Serrão
João Prata
Pedro Lynce

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Ana Sofia Bettencourt
Heloísa Apolónia
Margarida Almeida
Paulo Cavaleiro
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nilza de Sena
Pedro Delgado Alves